

CARLOS FORTUNA  
ROGERIO PROENÇA LEITE (Orgs.)

*Plural de Cidade:*  
*Novos Léxicos Urbanos*



PLURAL DE CIDADE:  
NOVOS LÉXICOS URBANOS

ORGANIZADORES  
CARLOS FORTUNA  
ROGERIO PROENÇA LEITE

EDITOR  
EDIÇÕES ALMEDINA, SA  
Av. Fernão Magalhães, nº 584, 5º Andar  
3000-174 Coimbra  
Tel.: 239 851 904  
Fax: 239 851 901  
www.almedina.net  
editora@almedina.net

PRÉ-IMPRESSÃO | IMPRESSÃO | ACABAMENTO  
G.C. GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.  
Palheira – Assafarge  
3001-453 Coimbra  
producao@graficadecoimbra.pt

Setembro, 2009

DEPÓSITO LEGAL  
297901/09

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

***Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação***

Plural de cidade : léxicos e culturas urbanas / org. Carlos Fortuna, Rogério Proença Leite. - (CES)  
ISBN 978-972-40-3924-4

I – FORTUNA, Carlos  
II – LEITE, Rogério Proença

CDU 316  
711

## SUMÁRIO

Apresentação	7
<b>SECÇÃO I – Artes de fazer a cidade</b>	<b>9</b>
1. Patrimônio cultural e cidade <i>Antonio A. Arantes</i>	11
2. Enobrecimento urbano <i>Silvana Rubino</i>	25
3. Requalificação urbana <i>Paulo Peixoto</i>	41
4. A cidade no diálogo entre disciplinas <i>Heitor Frúgoli Jr.</i>	53
5. Culturas populares na cidade <i>Sérgio Ivan Gil Braga</i>	69
6. Cidade e urbanidade <i>Carlos Fortuna</i>	83
<b>SECÇÃO II – Artes de usar a cidade</b>	<b>99</b>
7. Etnografia urbana <i>José Guilherme Cantor Magnani</i>	101
8. Segregações urbanas <i>Lucia Maria Machado Bógus</i>	115
9. Espaços e vazios urbanos <i>Cristina Meneguello</i>	127
10. Sonoridades e cidade <i>Luciana Mendonça</i>	139

6	PLURAL DE CIDADE: NOVOS LÉXICOS URBANOS	
	11. Usos da rua	151
	<i>Fraya Frehse</i>	
	12. Políticas culturais urbanas	171
	<i>João Teixeira Lopes</i>	
	13. Espaços públicos na pós-modernidade	187
	<i>Rogério Proença Leite</i>	
	<b>SECÇÃO III – Artes de consumir a cidade</b>	205
	14. Narrativa de Lisboa	207
	<i>Irllys Barreira</i>	
	15. Economia do Património	225
	<i>Eva Vicente</i>	
	16. Turismo e cidade	245
	<i>Clarissa M. R. Gagliardi</i>	
	17. Ambiente, sustentabilidade e cidade	265
	<i>Maria Eugénia Rodrigues</i>	
	18. Cidades e migrações	283
	<i>Ulisses Neves Rafael</i>	
	19. Consumo cultural na cidade	299
	<i>Ana Rosas Mantecón</i>	
	20. Intermediários culturais e cidade	319
	<i>Claudino Ferreira</i>	
	Sobre os autores	337

### 3. REQUALIFICAÇÃO URBANA

*Paulo Peixoto*

Requalificação urbana e reabilitação urbana (o segundo mais que o primeiro) são dois dos termos mais recorrentemente usados em operações de natureza urbanística, arquitectónica e de intervenção no espaço público. São expressões que se tornaram uma espécie de *buzzwords*, encerrando em si mesmas um significado auto-evidente que quase dispensa qualquer discussão. Trivializadas, são palavras que invadiram discursos jornalísticos, técnicos, políticos e científicos, dando origem a um uso acrítico que merece alguma problematização e conceitualização. Os vocábulos requalificação e reabilitação urbanas, na variedade de situações em que são usados, estando enquadrados por uma retórica pluridisciplinar, assumem sentidos diversos, revestindo-se, inevitavelmente, de alguma ambiguidade. O carácter predominantemente técnico que parecem assumir tende a isentá-las, frequente e forçadamente, de uma carga política que outros processos que as enquadram (enobrecimento, higienização, haussmanização,<sup>1</sup> depuração paisagística, etc.) transportam consigo de um modo evidente. No seu carácter polissémico, requalificação e reabilitação urbanas balancam entre o alcance descritivo do seu significado e o pendor analítico que encerram.

A génese da locução requalificação urbana, retida no título deste texto como componente lexical de uma retórica insinuante relativa às cidades, está forçosamente ligada aos processos de urbanização e aos efeitos que eles induzem nas urbes. Entre as dinâmicas e os processos sociais que estão na origem da problemática da requalificação urbana os mais relevantes têm a ver com: a evolução das economias urbanas, marcada pela expulsão das indústrias do sector secundário para as margens das cidades; a tendência para a policentralidade e a perda de vitalidade dos antigos centros urbanos, num quadro de alargamento incessante da malha urbana e da conseqüente produção de

---

<sup>1</sup> A *haussmanização* refere-se a uma política de demolição, levada a cabo em Paris por Georges-Eugène Haussmann, na segunda metade do século XIX, que pretende intervir no espaço urbano de modo a controlar, disciplinar e higienizar os comportamentos, assim como a criar referências e marcadores do espaço através da monumentalização.

novos centros e de novas margens; a consolidação de um mercado urbano do lazer construído à volta da ideia de espaço público e do consumo visual; e a emergência de um cenário de concorrência e de competitividade entre cidades que adensa a importância de factores representacionais e imagéticos, assim como de intervenções urbanísticas e arquitectónicas que concretizam no espaço símbolos de afirmação e de identificação das cidades.

Os termos reabilitação urbana e requalificação urbana correspondem a uma fórmula que se difundiu de forma ampla, sobretudo com a multiplicação das intervenções nos chamados centros históricos ou nas zonas desprezadas ou maltratadas pelo processo de urbanização e que, extravasando esse contexto, acabou por ser convencionada e partilhada por aqueles que desenvolvem a sua actividade neste domínio. Usadas muitas vezes de forma acrítica e indiferenciada, relativamente a outros termos que se difundiram com uma nova sintaxe que acompanhou o protagonismo crescente dos centros históricos e de áreas urbanas negligenciadas entretanto reconvertidas para novos usos, tem-se vindo a assistir a uma progressiva conceitualização e operacionalização dos termos, quer em domínios técnicos (Aguilar *et al.*, 1997; CCRN, 1998; AAVV, 1992; AAVV, 2005), quer em domínios científicos (Ferreira e Craveiro, 1989; Santos e Santos, 1989; Schwartz, 2004; Gottdiener e Budd, 2005), quer ainda em textos de orientações globais produzidos sob a égide de agências multilaterais como a UNESCO, o ICOMOS ou o Conselho da Europa, por exemplo.<sup>2</sup>

Seguidas do adjectivo urbana, reabilitação, renovação, regeneração, revitalização, revitalização, conservação, preservação, são, a par da requalificação, outros tantos termos utilizados na prática e na análise das intervenções nos centros históricos e nas áreas urbanas reconvertidas para novos usos. Acrescentando-se-lhes outras, como, por exemplo, reordenamento, restauro ou salvaguarda, não esquecendo que as noções nem sempre são totalmente con-

---

<sup>2</sup> Deixamos de lado a análise das cartas e convenções internacionais que estão na origem dos termos aqui discutidos, quer por as mesmas terem sido já abundantemente analisadas (Alho e Cabrita, 1988), quer por nós próprios já o termos feito noutra local (Peixoto, 1997: 47 e ss.). Muitas dessas cartas e convenções podem ser consultadas em língua portuguesa em Correia e Lopes (2004). Em todo o caso, dada a especificidade do projecto de pesquisa que enquadra a emergência deste texto, confere-se alguma relevância à “Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada” por a mesma ter resultado do “Primeiro Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana”, que teve lugar em Lisboa entre 21 e 27 de Outubro de 1995.

sensuais entre profissionais com diferentes perfis de formação académica e disciplinar, a dificuldade para seleccionar o termo adequado para caracterizar a realidade em causa, qualquer que ela seja, é notória. Daí que os termos sejam, frequentemente, usados de forma indiferenciada. Até porque a multiplicidade de termos não pode ser desligada da variedade e da inextricabilidade de problemas, comumente vistos como problemas das cidades, que as operações que dão forma a esses termos procuram enfrentar e resolver.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> A generalidade de problemas, assim como as soluções e algumas ideologias que elas transportam, podem ser captadas no discurso técnico que se segue, proferido no IV Encontro Nacional de Municípios Portugueses com Centro Histórico.

“Na realidade, tem-se constatado que a degradação ambiental tem representado parte muito significativa da degradação das áreas urbanas. Assim, os problemas ambientais nos centros antigos assumem aspectos específicos: a degradação física dos edifícios e consequente abandono do parque habitacional, os espaços abandonados, o aumento da delinquência, com os problemas a ela inerentes e, por outro lado, os problemas de congestionamento do tráfego, a poluição sonora e a inexistência de espaços verdes repercutem-se negativamente no bem-estar das populações.

Sendo os centros antigos as áreas ainda humanizadas das nossas cidades (aqueles que ainda se encontram habitados), onde ainda se estabelecem relações de vizinhança, onde ainda poderá ser agradável viver, constata-se que, na maioria, não dispõem as suas habitações das infra-estruturas necessárias, não possuem os equipamentos colectivos, os espaços verdes e de convívio adequados a uma vivência saudável e tão importante para o equilíbrio da sociedade. Assiste-se, conflagrantemente, ao envelhecimento das suas populações, ao seu desaparecimento. Em substituição das antigas edificações para habitação vão surgindo cada vez mais os edifícios, antigos ou novos, para os serviços que imprimem uma grande dinâmica à zona durante o dia, mas implicam o seu abandono no horário pós-laboral. E então é mais fácil instalar-se a delinquência! Quem é que se sente à vontade para sair à noite nas nossas cidades? De passear a pé, calmamente, nas nossas avenidas? (Elas só servem para o estacionamento automóvel!).

Sendo o tecido urbano dos centros históricos essencialmente composto por habitação, é de primordial importância a sua recuperação física e ambiental, que deve incluir também uma componente sociocultural, com o envolvimento da população residente. Os centros históricos não podem ser entendidos como uma realidade estática a preservar, mas sim como um processo dinâmico em constante evolução, posto ao serviço da população.

A estrutura dos centros históricos contribui para o equilíbrio social, oferecendo condições propícias ao desenvolvimento de várias actividades, nomeadamente as culturais e turísticas, favorecendo assim a integração social, e até criando postos de trabalho.

A defesa e valorização do património constituem uma tarefa colectiva. Assumir uma cultura é assumir uma herança e saber o que fazer dela. É responder à necessidade de preservar e conservar, mas também à de renovar, criar e desenvolver. Nos centros históricos de bairros antigos devidamente recuperados e revitalizados para e com as populações, ainda

Face aos problemas com que os centros históricos se confrontam (muitas vezes tecnicamente dramatizados e circunscritos a uma noção holística e imprecisa de reabilitação urbana), com a evolução das políticas urbanas locais, vai-se assistindo a uma compartimentação de termos. O mesmo sucede com as operações urbanísticas de larga escala destinadas a dar uma nova vida a determinados espaços citadinos, quer sejam espaços lisos, quer sejam espaços alvo de reconversão funcional. Formatadas por modelos globais, essas operações reproduzem também uma retórica que favorece a generalização e consolidação dos termos. O que revela que a requalificação urbana e a reabilitação urbana se dirigem a problemas e carregam soluções de diferentes naturezas e escalas. Mas uma realidade complexa como a mencionada obriga necessariamente a uma abstracção progressivamente demarcada por noções cada vez mais restritas e tecnicamente partilhadas, de modo a que as intrincadas situações concretas possam ir sendo refinadas para permitir a operacionalização das intervenções e a codificação do campo disciplinar e profissional.

Frequentemente evocada em situações em que se procura, em simultâneo, concretizar melhoramentos em edifícios localizados nas áreas urbanas antigas e centrais, fomentar serviços e desenvolver infra-estruturas e equipamentos, de modo a conferir uma nova vida a zonas históricas que entraram em depressão, a reabilitação urbana, tal como o manifesta a Carta de Lisboa, corresponde a uma estratégia de gestão urbana baseada em intervenções de diferente natureza orientadas para a conservação da identidade e das características dos sectores reabilitados (SIRCHAL, 1995). O documento elaborado no âmbito do “Primeiro Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana” declara, na alínea b) do artigo 1, que a reabilitação urbana

é uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, económicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infra-estruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito.

---

será possível encontrar aquela “qualidade de vida” que todos procuramos” (Neves, 1997: 216-217).



Tomando por referência alguns dos glossários desenvolvidos no âmbito de projectos de investigação ou de intervenção em zonas urbanas,<sup>4</sup> pode acrescentar-se que a reabilitação urbana consiste em orientações que são tomadas “tendo em vista conferir a uma cidade ou a um conjunto histórico as suas qualidades perdidas, a sua dignidade, assim como a sua aptidão a desempenhar uma função social” (Calsat *apud* SIRCHAL, 1995). Nessa sua missão, a reabilitação urbana procura reparar e refuncionalizar de modo sustentável um património arquitectural e urbano que, tendo sido durante muito tempo desprezado, viu recentemente ser-lhe dirigidas acções de revalorização económica, prática e/ou estética (Merlin e Choay *apud* SIRCHAL, 1995). A reabilitação procura “readequar o tecido urbano degradado, dando ênfase ao seu carácter residencial”, e manifestando “preocupações com o património histórico-arquitectónico e com a manutenção da população nos centros das cidades” (AAVV, 2005). Numa perspectiva estritamente sociológica, datada por referência a movimentos sociais urbanos que ocorrem em diferentes tempos e espaços, a reabilitação urbana vê-se questionada enquanto movimento social que coloca no terreno actores e agentes específicos com estratégias concretas e definidas (Faria, 1992).

Já a ideia de renovação urbana, contrariamente à ideia de reabilitação, é menos marcada por preocupações relativas à autenticidade, embora mantenha cuidados dessa natureza. Ela remete para uma ideia de transformação de edifícios ou locais, aceitando a mudança de funções, a introdução de novos elementos, alterações de estilo e de implantação (CriDaup, s. d.). Visa, de modo a permitir a adaptação a uma nova concepção de cidade ou a novas necessidades, a substituição sistemática de elementos antigos por elementos novos (Calsat *apud* SIRCHAL, 1995). Enquanto abordagem conceptual, tal como manifestado na Carta de Lisboa, alínea a) do artigo 1, dirige-se a uma realidade urbana degradada à qual não é reconhecido valor patrimonial e arquitectónico, afastando-se neste aspecto da ideia de reabilitação. Nesse sentido, aponta para a demolição selectiva de construções morfológica e tipologicamente desadaptadas e para a sua substituição por um novo modelo

---

<sup>4</sup> Designadamente o SIRCHAL – *Site International sur la revitalisation des centres historiques des villes d’Amérique Latine et des Caraïbes* (1995); o *The Urban Conservation Glossary*, de Neil Grieve (s. d.), tutor na Universidade de Dundee no curso de pós-graduação de Conservação Urbana Europeia; e o *CriDaup* (s. d.) – Criação de uma Rede Informativa para a Documentação de Arquitectura, Urbanística e Planeamento.

urbano, caracterizado por novas construções ajustadas a tipologias arquiteturais e sociais contemporâneas (SIRCHAL, 1995).

Por sua vez, a requalificação urbana corresponde a uma prática de planificação ou de protecção urbanística de equipamentos e de infra-estruturas expostos à degradação e à obsolescência funcional (CriDaup, s. d.; Grieve, s. d.). Tal como estipula a Carta de Lisboa, na alínea d) do artigo 1, a requalificação refere-se a operações dirigidas a espaços não residenciais, sendo que as mesmas apostam em fomentar nesses espaços novas actividades mais adaptadas aos contextos urbanos contemporâneos (SIRCHAL, 1995). Poder-se-á, deste modo, concluir que enquanto a reabilitação urbana se dirige mais ao edificado, sobretudo o que tem a ver com a função residencial, a requalificação urbana dirige-se mais ao seu entorno e ao espaço público, ou, nas operações urbanas de larga escala, à reconversão funcional de um dado espaço. O objectivo último da requalificação passa por (re)introduzir “qualidades urbanas de acessibilidade ou centralidade a uma determinada área”. Por essa razão, é frequentemente “apelidada de uma política de centralidade urbana.” (AAVV, 2005: 21)

Associados à ideia de requalificação urbana, aparecem os termos de revivificação, de revitalização e de reordenamento. Os dois primeiros podem ser entendidos como sinónimos para uma realidade que procura conjugar a reabilitação física, arquitectónica e urbana dos centros históricos com a revalorização das actividades, sobretudo económicas e culturais, que aí se desenvolvem. Enquadrada pela Carta de Lisboa, a revitalização urbana, orientada para a captação de novos residentes, sobretudo jovens, ou indivíduos portadores de capacidades criativas, abrange as operações destinadas ao relançamento da vida económica e social da parte da cidade que entrou em estagnação ou declínio. A alínea c) do artigo 1 do documento, estipula que a revitalização urbana “engloba operações destinadas a relançar a vida económica e social de uma parte da cidade em decadência. Esta noção, próxima da reabilitação urbana, aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas”. No âmbito das operações dirigidas às áreas urbanas antigas, “a revitalização de um centro histórico exige a manutenção da população (...), a atracção da população que o abandonou, assim como de novos usuários” (Casares, 1997). A longo prazo, “o objectivo [da revitalização] é conservar e reabilitar o património do centro histórico restituindo-lhe a sua importância funcional, revitalizando as actividades comerciais e os serviços tradicionais, facilitando o acesso aos serviços e esforçando-se por promover a utilização adequada e a manutenção dos edifícios públicos e privados, de modo a que se tornem atractivos para os visitantes interessados pela história e pela cultura locais” (Peña *apud* SIRCHAL, 1995).

Neste contexto, o termo reordenamento pode ser também entendido como um sinónimo de requalificação visando um certo equilíbrio, na medida em que se refere às modificações que ocorrem em termos da repartição dos elementos, de um equipamento, ou de um sítio de uma cidade, assim como em termos da introdução de novas qualidades, de modo a propiciar uma utilização mais satisfatória do espaço.

Preservação, salvaguarda e conservação são igualmente termos relacionados com esta problemática. A preservação diz respeito às acções que são tomadas quando se torna necessário garantir a sobrevivência de construções originais, não prevendo qualquer tipo de acréscimo ou mutação (Grieve, s. d.). Remete igualmente para o conjunto de medidas preliminares que visam precaver as incidências eventuais que um determinado risco pode ter num sítio, num monumento ou numa construção (Calsat *apud* SIRCHAL, 1995). Numa versão mais circunscrita, a preservação dá lugar ao restauro, tendo este por base a preocupação em respeitar as características originais e as funções de monumentos e edifícios com conteúdo histórico ou artístico (Fielden, 1994). O restauro supõe, por isso, uma actuação baseada em critérios científicos que valorizam elementos tipológicos, estruturais e formais (CriDaup, s. d.). A Carta de Lisboa refere-se, na alínea f) do artigo 1, ao restauro de um edifício como “obras especializadas que têm por fim a conservação e a consolidação de uma construção, assim como a preservação ou reposição da totalidade ou de parte da sua concepção original ou correspondente aos momentos mais significativos da sua história.”

Da mesma natureza, o termo salvaguarda parece ser especialmente relacionado com a preservação de monumentos ou conjuntos e sítios monumentais, admitindo, todavia, a introdução de novas funções (Calsat *apud* SIRCHAL, 1995; CriDaup, s. d.). Distingue-se da preservação por ter uma aplicação mais selectiva, mais formal (assenta, geralmente, num plano formalizado) e também por ter, em termos de emprego sintaxiológico, uma presença mais ubíqua nas narrativas museológicas e arquitectónicas.

Quanto à conservação, tendo também a mesma natureza, é um termo de aplicação mais lata. De uma utilização inicial, em meados do século XX, que remete para o conjunto de doutrinas, técnicas e meios materiais destinados a perpetuar a existência de monumentos (Calsat *apud* SIRCHAL, 1995), a conservação, aplicada aos conjuntos históricos, é cada vez mais (a partir dos anos 1980) vista como a acção necessária para preservar tudo aquilo que tenha um valor reconhecido, ainda que esse valor possa não resultar directamente dos antecedentes históricos (Mcwilliam *apud* Grieve, s. d.).

A conservação de um edifício é caracterizada na carta de Lisboa, alínea i) do artigo 1, como o “conjunto de medidas destinadas a salvaguardar e a prevenir a degradação de um edifício, que incluem a realização de obras de manutenção necessárias ao correcto funcionamento de todas as partes e elementos de um edifício.”

Nesta sua perspectiva mais lata, e no seio das operações de reabilitação, dando mesmo forma à logística retórica dessas operações, a conservação é usada na expressão “conservação de um edifício”, mas também na locução “conservação integrada”, dizendo respeito, neste último caso, aos modos de conservação, restauração e reabilitação de edifícios e sítios de modo a torná-los funcionais no contexto das actividades da vida contemporânea (SIRCHAL, 1995). Esta noção de “conservação integrada” foi criada pelo Conselho da Europa, e incluída na Convenção de Granada, dada a preocupação, sentida a partir dos anos 1980, em integrar o património antigo na vida e no planeamento contemporâneos. Partindo do princípio que os monumentos não podem ser isolados do resto e conservados como elementos museológicos, a Convenção de Granada insiste que esse princípio é ainda mais verdadeiro no caso dos centros históricos, dado que as funções que aí existem evoluem e dado que o seu valor e significado dependem do seu usufruto quotidiano e da presença de habitantes e de actividades socioeconómicas. Nessa perspectiva, a conservação integrada dá origem a uma “dialéctica entre a vontade de protecção e as necessidades de ordenamento, apelando a meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos específicos e capazes de dar resposta à complexidade das questões colocadas” (SIRCHAL, 1995).

Reiterando leituras produzidas noutro trabalho (Peixoto, 1997: 71 e ss.) alusivas a esta matéria, abreviamos aqui o argumento sobre as lógicas que têm presidido à abordagem do passado a reabilitar e a requalificar, e que enquadra diferentes perspectivas acerca da importância desse passado para o futuro das cidades. Françoise Choay (1992) e Greg Ashworth (1994) mostram que as abordagens do passado transitam de uma lógica da preservação, que se consolida a partir de meados do século XIX, a uma lógica da conservação, instaurada nos anos 1960, e, por fim, a uma lógica patrimonial, que se impõe a partir dos anos 1980.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Em termos da importância assumida pelos centros históricos no contexto das políticas urbanas, e já numa lógica de cariz patrimonial, em Portugal, os anos 1960 foram a fase da renovação urbana. A renovação urbana caracterizou-se mais pela substituição despreocupada de elementos e pela alteração de características tipológicas e morfológicas. A segunda

A prática da reabilitação urbana é uma prática ideológica. A extensa normatividade que tem suscitado, o uso intenso do termo nas operações de intervenção urbana e, sobretudo, a filosofia patrimonial que a anima, conferem à reabilitação um sentido que a liga intimamente à nostalgia de sociabilidades, de tempos e de espaços perdidos. Ao mesmo tempo, apoiada na ideia de requalificação urbana, ela parece transportar e fazer-se transportar por um inusitado desejo de transformação da realidade no sentido de configurar um futuro promissor. Balançando entre a paixão pelo passado, o desencanto pelo presente e a confiança no futuro, a reabilitação e a requalificação urbanas têm estado sujeitas a contingências que as colocam entre ensejos de um preservacionismo rígido e ambições de execução de uma política de tábua rasa.

Não é, de facto, de todo despicieudo retratar a reabilitação dos centros urbanos como prática ideológica (Mora, 1993). Walter Benjamin (1997) terá sido dos primeiros a lembrá-lo a propósito dos trabalhos empreendidos por Haussman em Paris, cuja força motora era uma inabalável confiança no futuro e uma consequente desconfiança do passado. A importância que tem vindo a ser conferida aos centros históricos, assim como às zonas urbanas a refuncionalizar e a requalificar, no âmbito das políticas urbanas, não deixa de se fazer acompanhar por imagens idealizadas do passado, numa paixão desmedida, cujos interesses díspares nem sempre são facilmente descortináveis.

Essas imagens, ao invés de facilitarem as operações de reabilitação e de requalificação dos centros urbanos e das zonas maltratadas pelos processos de urbanização, constituem frequentemente obstáculos sérios às intervenções que é necessário concretizar, na medida em que tendem a encarar os centros históricos, e o seu “triste presente” (Frias e Peixoto, 2002), como paraísos perdidos de algo que utopicamente se pensa ser possível recuperar. Essa forma de olhar para os centros históricos, que, nas operações urbanas de larga escala, encontra o seu equivalente no anseio em dispor de um espaço liso que permita toda a criatividade, revela, por vezes, uma enorme confiança num futuro tantas vezes prometido pelas políticas de reabilitação e de requalificação e tão frequentemente difícil de confirmar na realidade.

Ainda que os centros históricos representem figurativamente vantagens perdidas com a evolução da cidade moderna, e que essas vantagens, relativas

---

metade dos anos 1970 e início da década de 1980 conhecem a fase da reabilitação urbana fachadista. A requalificação urbana, mais assente nas noções de património e de espaço público é típica dos anos 1990 (Aguiar, s. d.).

à miscibilidade de funções num espaço limitado, possam ser proficuamente recuperadas com benefícios para a cultura urbana, não podemos esquecer, como o fazem tantas vezes as ideologias da reabilitação urbana que sustentam esses discursos, que os núcleos urbanos antigos tinham os seus aspectos sórdidos que limitavam as condições de vida. De igual modo, encarar as novas áreas urbanas requalificadas a partir das vantagens da sua plasticidade e do poder criativo que encerram relativamente à construção de novos cenários com um forte impacto visual pode resultar numa confiança excessiva, e não confirmável, do poder do espaço em, por si só, criar novas sociabilidades que fomentem o uso do espaço público. Pretender intervir nos centros históricos querendo fazer deles aquilo que eles nunca foram, numa lógica de sustentação de comunidades imaginadas (Anderson, 1991; Menezes, 2005) e da criação de imagens forjadas que apelam aos bons velhos tempos de um passado longínquo e harmonioso (Lowenthal, 1989), redundam recorrentemente na constatação ingrata de muitas intervenções em áreas urbanas antigas que, movidas por imagens idealizadoras, se vêem obrigadas a reconhecer que os centros históricos já não são, afinal, aquilo que nunca foram (Peixoto, 2004). Por outro lado, idealizar usos sociais para um espaço enobrecido a partir de operações urbanísticas de larga escala pode concretizar um hiato entre a cidade projectada e a cidade vivida, servindo esse hiato apenas para relevar que esses espaços requalificados tardam, afinal, a tornar-se naquilo que ‘seguramente’ seriam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAVV (1992), *Reabilitação Urbana – Gabinetes Técnicos Locais*. Porto: Comissão de Coordenação da Região Norte.
- AAVV (2005), *Políticas públicas de revitalização urbana. Reflexão para a reformulação estratégica e operacional das actuações a concretizar no QREN*. Relatório final do Observatório do QCA III. Lisboa: ISCTE/CET.
- AGUIAR, José; Cabrita, António Reis; Appleton, João (1997), *Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais*. Lisboa: LNEC.
- AGUIAR, José (s. d.), “L’expérience de réhabilitation urbaine du GTL de Guimarães: stratégie, méthode et quelques questions disciplinaires”. *Processo de candidatura do centro histórico de Guimarães a património mundial*. Guimarães: Gabinete Técnico Local, 198-235 (Anexo III).
- ALHO, Carlos e Cabrita, António Reis (1988), “Cartas e convenções internacionais sobre o património arquitectónico europeu”. *Sociedade e Território*, 6, 131-135.
- ANDERSON, Benedict (1991), *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso.
- ASHWORTH, Gregor J. (1994), “From History to Heritage — From Heritage to Identity. In Search of Concepts and Models”, in Greg Ashworth e P. Larkham [eds.], *Building a New Heritage. Tourism, Culture and Identity in the New Europe*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 13-30.
- BENJAMIN, Walter (1997), “Paris, capital do século XIX” in Carlos Fortuna [Org.], *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta, 67-80.
- CASARES, Carlos (1997), “Recuperación de espacios en cascos históricos”. *Actas do Congresso Ciudades Históricas Vivas Ciudades del Pasado: Pervivencia e Desarrollo*, Vol. I, 173-177.
- CCRN (1998), *Glossário de termos. Ordenamento do território, ambiente, património cultural, reabilitação urbana*. Porto: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e Comissão de Coordenação da Região Norte.
- CHOAY, Françoise (1992), *L’Allégorie du patrimoine*. Paris: Seuil.
- CORREIA, Miguel Brito e Lopes, Flávio (2004), *Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CriDaup (s. d.), “CriDaup – Glossário”. Página consultada em 15 de Novembro de 2005. (Disponível em [http://iuavbc.iuav.it/cri\\_daup/glossario\\_urbanistica.htm](http://iuavbc.iuav.it/cri_daup/glossario_urbanistica.htm)).
- FARIA, Carlos (1992), “Reabilitação urbana: balanço de um movimento” in AAVV, *Reabilitação urbana. Gabinetes técnicos locais*. Porto: Comissão de Coordenação da Região Norte, 47-73.

- FERREIRA, Vitor Matias e Craveiro, Maria Teresa (1989), “Reabilitar ou requalificar a cidade? *Sociedade e Território*, 10/11, 71-76.
- FIELDEN, Bernard M. (1994), *Conservation of Historic Buildings*. Oxford: Butterworth Heinemann.
- FRIAS, Aníbal e Peixoto, Paulo (2002), “Representação imaginária da cidade. Processos de racionalização e de estetização do património urbano de Coimbra”. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, 183.
- GOTTDIENER, Mark e Budd, Leslie (2005), *Key Concepts in Urban Studies*. Londres: Sage.
- GRIEVE, Neil (s. d.), “The Urban Conservation Glossary”. Página consultada em 3 de Outubro de 2005. (Disponível em [www.trp.dundee.ac.uk/research/glossary/glossary.html](http://www.trp.dundee.ac.uk/research/glossary/glossary.html)).
- LOWENTHAL, David (1989), “Nostalgia Tells it Like it Wasn’t”, in Christopher Shaw e Malcom Chase [Orgs.], *The Imagined Past – History and Nostalgia*. Manchester e Nova Iorque: Manchester University Press, 18-32.
- MENEZES, Marluçí (2005), “Património urbano: por onde passa a sua salvaguarda e reabilitação? Uma breve visita à Mouraria”. *Cidades*, 11, 67-83.
- MORA, Alfonso Alvarez (1993), “La renovation de los centros urbanos como practica ideológica”. *Ciudades*, 1, 19-35.
- NEVES, Ana Paula (1997), “A reabilitação urbana/ambiente no ordenamento do território”. *Actas do IV Encontro Nacional dos Municípios com Centro Histórico*. (Regionalização e Identidades Locais: a preservação e reabilitação dos centros históricos). Lisboa: Edições Cosmos, 215-218.
- PEIXOTO, Paulo (1997), *Imagens e usos do património urbano no contexto da globalização*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra.
- PEIXOTO, Paulo (2004), “A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, 183-204.
- SANTOS, Lusitano e Santos, Eurico Múria (1989), “Reabilitação urbana na Região Centro”. *Sociedade e Território*, 9, 10-21.
- SCHWARTZ, Hugh (2004), *Urban Renewal, Municipal Revitalization: The Case of Curitiba, Brazil*. Falls Church: High Education Publications.
- SIRCHAL – Site International sur la revitalisation des centres historiques des villes d’Amérique Latine et des Caraïbes (1995), “Accdocs – Glossaire”. Página consultada em 23 de Maio de 2005. (Disponível em <http://www.archi.fr/SIRCHAL/glossair/glosdeff.htm>).